

Redução de gastos no Senado

MEDIDA	ECONOMIA
Eliminação do décimo quarto e décimo quinto salário	R\$ 4,3 milhões
Extinção de 630 funções comissionadas nos gabinetes parlamentares, lideranças, membros da Mesa e administração do Senado.	R\$ 9,6 milhões
Implementação da jornada corrida de sete horas	+ de R\$ 55 milhões
Cancelamento ou redução de valores com terceirização de mão de obra. No total, ocorreu a redução de 25% dos terceirizados contratados pelo Senado	R\$ 10,5 milhões
Proibição de contratos emergenciais e redução de gastos com material de consumo, como combustíveis, material de expediente entre outros	R\$ 5,7 milhões
Suspensão da distribuição dos kits de informática às Câmaras Municipais	R\$ 6,8 milhões
Contingenciamento de Atas de Registro de preço	R\$ 13,4 milhões
Fim do contrato de clipping de notícias	R\$ 1,5 milhão
Redução de gastos com diárias e passagens	R\$ 1,7 milhão
Aplicação de decisão do Tribunal de Contas da União em relação ao pagamento do teto salarial aos servidores	R\$ 1,3 milhão
OUTRAS MEDIDAS	
Cessão de profissionais do Serviço Médico do Senado ao SUS. Doação de 300 equipamentos hospitalares, 6 mil medicamentos e 34 mil materiais perecíveis, como agulhas, gazes e seringas	
Extinção de cargos, diretorias, secretarias e fusão de estruturas administrativas, como Interlegis, Unilegis e ILB	
Redução de impressos na gráfica	
Proibição de nomeações e bloqueio de mais de 160 cargos. Estabelecimento de mandato de dois anos para os cargos de diretor de compra e contratações e para diretor de controle interno	
Fixação de uma taxa de ocupação dos imóveis ocupados por não senadores e a retomada dos apartamentos de acordo com calendário	
Realização de reuniões de comissões compostas por não parlamentares exclusivamente em Brasília	
Limitação de ramais habilitados para fazer ligações DDD, DDI e celulares	
Extinção da lotação de servidores no antigo “senadinho” no Rio de Janeiro	